

## O MANUAL CATÓLICO DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL DAS IRMÃS DE SANTO ANDRÉ

Sandra Maria de Oliveira

[...] O grande peccado dos cathólicos hodiernos é não saberem conquistar seu lugar ao sol e deixar as calumnias e a conspiração do silêncio attribuir o campo adverso todas as iniciativas fecundas e as benemerencias educacionaes. [...]

PEETERS E COOMAN.

Resumo: Este artigo visa apresentar resultado parcial de uma pesquisa de doutorado, sobre o manual didático católico das Madres Peeters e Cooman, titulado “*Pequena História da Educação*”. Dentre os recursos didáticos empregados para a formação da normalista, destacamos o livro didático ou manual didático, como um instrumento difundir o conhecimento sistematizado com finalidade educacional, foi muito utilizado no processo de formação a partir do início do século XX. A educação era de interesse estratégico para a manutenção de uma hegemonia dominante, contudo, na organização escolar, os manuais pedagógicos foram utilizados para transmissão de valores, disseminação de uma moral e de uma cultura. Portanto, a investigação tem como finalidade de compreender e conhecer como se compõe a disciplina história da educação no manual, portanto, buscamos na obra a sua constituição no campo de estudos da História da Educação e a sua contribuição para o desenvolvimento como disciplina científica. Por ser uma pesquisa bibliográfica e documental desenvolvida sob a perspectiva História e historiográfica, estamos no início do levantamento de dados.

Palavra-chave: Manual didático, catolicismo e República.

A intenção deste estudo é de compreender e conhecer o manual que foi utilizado por décadas no século XX como maneira de divulgar o conteúdo de História da Educação, no ensino normal, por meio de uma pesquisa bibliográfica acerca da educação brasileira e de manual didático e documental com atenção ao documento impresso que serviu referência como material utilizado para a formação das normalistas. A análise adotou a abordagem da História e Historiografia por compreender que essa perspectiva potencializa o manual como fonte.

O manual intitulado, “*Pequena História da Educação*” - católico das Madres Peeters e Cooman, sendo que o mesmo teve a sua publicação em 1936, três anos após a entrada em circulação de “*Noções de História da Educação*”, de Afrânio Peixoto, o primeiro manual didático de História da Educação produzido no Brasil.

Os manuais didáticos da disciplina de História da Educação surgem principalmente, a partir da questão do laicismo no Brasil com a primeira Constituição

republicana em 1891 e, ainda debate acirrado na década de 20 do século XX, entre os liberais, como o movimento do entusiasmo e do otimismo pela educação que culminou no Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) e a reação católica com criação do Centro Vital e a revista a Ordem.

Com a Proclamação da República (1889) sob a filosofia positivista inscrita na bandeira nacional a laicidade, que era o signo fundante da República, foi incorporada na educação, instituindo assim, um sistema de neutralidade da educação, a escola que antes se desenvolvia a sombra da igreja, religião oficial no Império, na República progredia por várias ordens religiosas.

O *Parecer* de Rui Babosa teve sua importância para educação porque tinha como princípios fundamentais para o ensino público sua liberdade de ensino, a obrigatoriedade escolar e a laicidade. Conforme Azevedo (1976), ele abriu novas perspectivas à educação, estabelecendo as finalidades pedagógica, social e política a que deveria se orientar toda a estrutura do sistema e para a qual deviam concentrar coordenadas e subordinadas a uma unidade fundamental de princípios, as instituições escolares de todos os níveis. Neste sentido, o positivismo influenciou algumas mudanças em outros setores nos primeiros anos da República, “[...] sobretudo a separação entre Igreja e Estado, a introdução do casamento civil, a secularização dos cemitérios, o início do contato do operariado [...]” (CARVALHO, 1990, p. 41).

De acordo com Cury (1986) a relação entre os Católicos e o Estado, constituiu desde o Império com aceitação dos valores católicos, concordando que o catolicismo era a “religião de berço”, na qual a religião nascia sem necessidade de adesão ou escolha. Mas, a Igreja funcionava com instituição de poder, com uma participação ativa e reconhecida junto ao poder público, constituindo uma jurisdição papal e a episcopal. Assim, para o autor, “[...] A presença da Igreja nas instituições de beneficência e educação, na verdade era toda mantida pelo Estado através da Instituição do Padroado” (CURY, 1986, p. 13).

Sob o regime do padroado, o Estado visava à parte econômica garantindo ao eclesiástico como condições necessárias pra o exercício de sua função social como guardião da ordem religiosa e moral. Este sistema tinha como propósito de divulgar a fé cristã e o movimento educativo-religioso que segurava uma série de expressões que

garantia a identidade do catolicismo em nível pessoal, familiar e social, e, podemos inferir que o catolicismo se confundia na cultura.

O rompimento desta simbiose significou um abalo muito profundo nas relações entre ambos os poderes (CURY, 1986, p. 13). Essa ruptura, no primeiro momento abala a Igreja, permitindo a reestruturação das ações das religiosas, na sua ampliação, na sua moralização e, contribui para que os laços com a Roma tornam-se mais fortes.

Essa reestruturação da Igreja impôs um projeto de recristianização da nação necessitou lutar pelo seu espaço junto aos órgãos oficiais, especialmente no âmbito da legislação, para reivindicar desse novo regime o respeito aos direitos e a liberdade dos católicos.

Nesse processo recristianização da igreja, nos anos 20, século XX, por meio do *Centro Vital e Revista a Ordem*, que tinha como propósito apostólicos com o intuito de exercer uma influência espiritual nas camadas intelectuais da sociedade brasileira, promovendo a catalisação dessa intelectualidade, facilitando o acesso à doutrina da Igreja e aos seus ideias, colocando-os na prática social.

Com elemento prático para implementar a reação católica e contribuir para recatolicização da intelectualidade, o *Centro Dom Vital* (1922) na pretensão de divulgar-se por meio - da criação de biblioteca e de um serviço de informações bibliográficas, bem como a publicação de livros de apologia e outros títulos coerentes com os interesses católicos.

Como componente essencial para o periodismo católico foi sua vinculação estreita com “a missão da igreja”, não só apenas no campo do jurídico, mas igualmente do ponto de vista de suas conexões com as autoridades da comunidade eclesiástica. Por outro lado, a imprensa católica era sua conceituação como meio de moralizador e saneador dos costumes da sociedade, concomitante ao desempenho do papel de conservação dos princípios e valores norteadores da ética cristã.

O impresso era como conquistar espaço no campo educacional, aquele revestido de uma filosofia cristã que precisaria estar na origem de todo programa educacional, dos manuais, das aulas, por fim, da prática pedagógica dos educadores, era o ideal. Contudo, o impresso católico não se esgotaria num simples jornais que eram feitos por católicos, mas caracterizava em atitude específica na concepção do periodismo, decorridos de sua

vinculação com “a missão da igreja”, em cada época e em cada circunstância do processo concreto vivido pela comunidade eclesial.

Vigiar e controlar as leituras foram à maneira que a autoridade religiosa encontrou de direcionar de tal forma que embora visando à instrução, inscrevia num sistema onde o essencial não era a obra de moralização ou de educação, mas a vigilância do leitor, contendo produção que servisse a edificação da alma e à construção do caráter do aluno.

Como um impresso, temos no prefácio da 1ª edição as autoras explicam o seu projeto “proporcionar elementos pelos quais os estudantes das escolas normais possam ter uma visão sintética da história da educação e o de salientar, na evolução dos fatos e das doutrinas pedagógicas, a imensa contribuição da Igreja Católica” (PEETERS e COOMAN, 1936, p.9) e que colocam que os católicos têm a necessidade por natureza de falar em religião. Portanto, temos aplicações e institucionalização de um impresso católico dentro do contexto da escola normal, com um currículo proposto para a disciplina história da educação, visando à formação das normalistas que atuariam no ensino público do país.

O manual “*Pequena História da Educação*”, fez parte de uma coleção de obras destinadas à educação, da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Teve sua primeira edição publicada em 1936 sob o título “*Educação – história da pedagogia*”, trazendo em sua capa a figura de Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, a qual a Congregação Santo André era seguidora das diretrizes e normas. A imagem de Loyola foi suprimida na publicação da segunda edição e teve sucessivas edições até meados da década de 70 do século XX adotado nas escolas normais e em alguns cursos de formação de professores oferecidos por universidades brasileiras.

Numa leitura preliminar da obra permite percebermos a defesa e valorização da ação da Igreja Católica no campo da educação ao longo da história, sendo que deixando claro como sendo um de seus objetivos. No decorrer da obra, as autoras destacam a vida e o trabalho dos educadores e, os pensadores estudados. A conduta e o comportamento de cada um são avaliados e mensurados tendo como parâmetros os valores cristãos.

O manual está dividido na primeira parte, em dezenove capítulos e na segunda intitulado “Um punhado de problemas educacionais”, na primeira edição, na reedição para segunda publicação foi suprimido e colocado um apêndice com o título “Esboço Histórico da Educação da mulher em tempos modernos”. O prefácio da primeira edição

assinado por Padre Lúcio José dos Santos, em 17 de março de 1936 e das demais edições além desse prefácio, temos outro assinado pelas autoras. Antes dos capítulos há uma introdução.

No segundo prefácio não tem data e no final tem uma pequena observação intitulada “Advertência para a 6ª edição. Esta edição reproduz sem modificações os textos anteriores” e foram suprimidos alguns erros de impressão. Contudo neste prefácio as autoras se dispõem diante do contexto educacional das primeiras décadas no século XX no Brasil. O embate entre os defensores da educação laica e educação católica, de alguma maneira, promove o comprometimento das autoras em se posicionar como produtoras de uma História da Educação, juntados aos princípios religiosos seguidos por elas.

As autoras demonstravam contrárias a laicização da educação e defendia a prioridade do catolicismo na atividade de educar a sociedade brasileira, por meio, de críticas à educação laica, que tinham seus princípios positivistas na valorizam apenas as disciplinas científicas – exatas – em detrimento das humanas, que acabam por ser deixadas num segundo nível de importância. Portanto, “Augusto Comte, pai do positivismo, nunca foi um educador, nem se ocupou de questões pedagógicas. A sua influência, porém, foi grande e nefasta”, [...] (PEETERS; COOMAN, 1952, p.103), a finalidade da educação era formar o bom cidadão e bom cristão.

Os capítulos abordam os temas diversos, comuns em outros manuais de História da Educação que vinculava pelo país, na primeira metade do século XX no Brasil, de acordo descrito abaixo:

- Capítulo I – A educação no Oriente
- Capítulo II – A cultura grega
- Capítulo III – A educação em Roma
- Capítulo IV- Os primeiros séculos da educação cristã
- Capítulo V – A Idade Média: educação como disciplina
- Capítulo VI – A renascença e a educação humanista
- Capítulo VII – A Reforma e a Contra-Reforma
- Capítulo VIII – A educação Realista
- Capítulo IX – O novo conceito da educação como disciplina
- Capítulo X – A tendência naturalista da educação
- Capítulo XI – O nascer do estatismo e do nacionalismo na educação
- Capítulo XII – A tendência psicológica na educação
- Capítulo XIII – O naturalismo científico
- Capítulo XIV – A educação individualista no século XX
- Capítulo XV – Correntes educacionais derivadas do pragmatismo
- Capítulo XVI – a reação espiritualista. A educação social moderna

Capítulo XVII – A reação espiritualista. A defesa dos estudos clássicos  
Capítulo XVIII – A psicologia experimental e a pedagogia  
Capítulo XIV – Esboço da História da Educação no Brasil  
Apêndice

Sendo que cada um dos capítulos possui em média seis a dez páginas estando subdivididos em média de três a cinco temáticos. No último capítulo possui dez páginas e está subdividido em quatro temáticos diferenciados, enfatizando a ação dos jesuítas inicialmente e tendo como padrões as modificações na disposição política brasileira;

1. Os primeiros educadores: os jesuítas
2. A situação do ensino desde o dia da expulsão dos jesuítas e o advento da monarquia
3. A educação no tempo da monarquia
4. A República

A História da Educação Brasileira está dedicada no capítulo XIX, demonstrando a importância e o caráter que os estudiosos do campo da História da Educação davam ao Brasil com a finalidade de estudo na época, sendo do total de cento e cinquenta e cinco páginas do livro, temos apenas nove delas eram voltados ao tema.

Destas, três analisavam a ação dos jesuítas e outras três a Educação no Brasil posteriormente a Proclamação da República, dando ênfase e convencimento geral que com a presença dos padres jesuítas teriam constituído a política educacional no Brasil, mas que após a expulsão da Companhia de Jesus pelo marquês de Pombal, em 1759, que estabeleceu uma espécie de hiato impeditivo de que, em na área de educação em que o Brasil poderia ter acompanhando uma evolução da educação naquele período. Assim, descrevem que “O ódio de Pombal conseguiu destruir tudo. Em 1759, os Jesuítas foram expulsos e brutalmente conduzidos a Portugal, [...]. Desde então, deu-se a derrocada da instrução no Brasil” (PEETERS; COOMAN, 1952, p.142).

As autoras finalizaram sobre a História da Educação Brasileira apontando a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 4.024 de dezembro de 1961, elogiando que a lei foi competente de produzir, mediante um aproveitamento correto e favorável com consequência na formação intelectual do indivíduo; criticavam os dispositivos que normatizava a questão da cobrança de taxas e as restrições a respeito da transferência de recursos públicos para os estabelecimentos particulares de ensino:

está longe do que reclama a verdadeira democracia cristã, assim com a liberdade tão altamente proclamada... [...] Deve-se confessar que só um admirável heroísmo é capaz de levar os pais a preferirem educandário particular à completa gratuidade do ensino. Oxalá venha logo o raiar do dia em que, a exemplo dos países democráticos da Europa, todos os educandos recebam sob criteriosas condições os meios de gozar da liberdade e do direito que lhes atribui a Lei de Diretrizes e Bases (PEETERS; COOMAN, 1952, p.154).

Outro aspecto da obra, as outras enfatizam a história ocidental e pouco discorre sobre a educação e cultura orientais. As autoras explicam o motivo dessa escolha se deve a formação cultural brasileira de predomínio ocidental. Temos então poucas páginas dedicadas à educação chinesa, hindu e judaica. Ao centra-se a história da educação ocidental, tornando uma visão eurocêntrica, deixando de lado as histórias da civilização dos países da América Latina, África e Ásia, nos demais períodos históricos.

Em relação à educação ocidental, as autoras partem da educação grega e ateniense, dando ênfase a esta. Nos pontos sobre a vida e a educação destes povos são importantes para as autoras quanto à aproximação com os valores e concepções cristãs. A cultura romana quase não fala, mas valoriza a questão da cidadania e a liberdade do cidadão, contra o absolutismo do Estado.

Ao discorrerem sobre educação cristã, as madres afirmam que o cristianismo foi à religião reconstruiu o mundo de um “estado de decadência” (moral). Tendo com princípio cristianismo tornam-se embasamento para a consignação de um entendimento de educação: restauração da dignidade humana e igualdade entre os homens como filhos de um único Deus; as relações sociais baseadas no amor incondicional ao próximo; a cultura da alma, preparada para a eternidade. A Igreja Católica vista como a educadora do mundo e a doutrina cristã como melhoramento da sociedade e superior a qualquer outra religião. Igualmente, “A doutrina de Jesus tirou o mundo do Charco pestilencial em que estava mergulhado, salvando-o mesmo como sociedade. [...] Em suma, a história não conhece pedagogia nem didática superior à de Cristo” (PEETERS; COOMAN, 1952, p.39).

No apêndice de duas páginas e meia refere-se à educação da mulher aponta a dificuldade para abordar o assunto anterior a Renascença, de acordo com as madres, devido à falta de fonte e documentos sobre os períodos antecedentes, “ausência de ingerência dos governos nas coisas da educação [...] e a vida que levava a mulher de outrora, totalmente dedicada ao lar. A sua educação revestia-se da modéstia e do recato que se opõe à publicidade” (PEETERS; COOMAN, 1952, p.152).

As mães destacam o papel das Congregações religiosas na formação das mulheres da aristocracia da Europa renascentista, como marco para as suas reflexões:

O papel das Congregações religiosas é saliente desde o tempo da Renascença. Os antigos claustros monacais transformaram-se aos poucos em casa de educação. A congregação de Santa Úrsula, fundada por Santa Ângela de Merici foi a primeira que teve como espaço exclusivo a educação das donzelas. Desde então, têm-se multiplicado as Congregações religiosas destinadas ao mesmo fim [...] Todo o século XIX viu o progresso constante dos colégios de religiosos para meninas, muito prósperas apesar das condições financeiras privilegiadas, que o ensino oficial desde então oferecia às famílias (PEETERS; COOMAN, 1952, p. 150).

O movimento feminista na Inglaterra, no final do século XIX e início do século XX, as intenções das mulheres estudarem e possuir um diploma e conseguirem se realizar profissional, para esse período as mulheres eram excluídas do direito no Brasil de votar eleição, muitas mais de escolarizarem. As mães parecem concordar com a formação e sua ampliação, conforme as autoras, “não há quase instituto religioso que se possa furtar ao preparo das moças para uma carreira, quer no comércio, quer no ensino, quer nas carreiras públicas” (PEETERS; COOMAN, 1952, p.152).

A defesa da instrução da mulher se deve que o predomínio da presença feminina nos cursos de formação de professores, o antigo normal, provavelmente tenha instigado as autoras à composição do texto. As mães abordam da importância da formação da mulher, sem, deixar de ressaltado o exemplo de vida defendido para ela, de acordo os ideais da Igreja – maternidade e zeladora do lar,

Levando-se em conta as duras necessidades da vida hodierna, não se pode censurar de todo a corrida das mulheres para as profissões lucrativas e alheias em si à sua vocação natural.[...]. Mais do que nunca deve a mulher, mesmo no regaço do lar, ser fortemente instruída. A vida social transformou-se de tal forma que, para desempenho normal da sua missão, são necessários conhecimentos vastos. Mas o que lhe é indispensável é, além duma formação religiosa e duma fé inabalável, um espírito bem formado e refletido. Por isso é de lastimar a aplicação integral ao sexo feminino dos programas em que predominam a matemática, a técnica, as ciências exatas. Nesse tempo de especialização, que prejudica ao próprio homem, a defesa e a conservação da cultura geral deveriam pertencer à mulher, de permeio com a salvaguarda dos costumes distintos e

cortesias que vêm desaparecendo lamentavelmente da nossa sociedade (PEETERS; COOMAN, 1952, p. 150).

Mas, as mães fazem diferença das classes sociais das moças abastadas, para as de poucos recursos, segundo elas “à moça pobre, nada lhe será mais precioso do que a aquisição das virtudes e dos préstimos domésticos, que fazem dela a humilde mas utilíssima obreira da paz social” (PEETERS; COOMAN, 1952, p.154).

Temos no primeiro momento a ideia que uma obra rica de detalhes e de fontes, que expressa perfeitamente para o caráter educativo, por meio, do qual se constitui para um campo de investigação voltada para os estudos da História da Educação, que foi desenvolvida para ser utilizada na disciplina científica na área da história, a partir do interesse das escolas normais dos cursos de Pedagogia e outros cursos superiores de formação de professores.

Ao apresentar a história da educação, as mães, fazem numa perspectiva evolutiva, tendo a doutrina cristã como auge e modelo para todo e qualquer doutrina, desenrolando os valores cristãos como parâmetros para discorrer sobre as civilizações e seus pensadores da educação, deixando implícita e explícita a sua intencionalidade de ressaltar a importância do cristianismo para a educação. Percebemos que as escolhas dos pensadores e educadores católicos, foram voltados pelas ideias, metodologias, pedagogias e a conduta social, que se comunga com os ideias cristãos e, que ações educacionais realizadas pelo protestantismo, os pensadores são raros e de pouca relevância para as autoras.

Na avaliação feita no primeiro momento na obra percebemos que o seu conteúdo, existe uma defesa da supremacia do trabalho da Igreja católica no campo educacional; mas as mães deixam induzir que a doutrina cristã é a única ideal como base para a educação do indivíduo e da sociedade.

Com as mães vieram da França, para criarem estabelecimento de ensino e pertenciam a uma Congregação que tinha a missão a educação, na obra temos uma maestria e argumentações profundas sobre os conteúdos educacionais, sobre os pensadores e intelectuais relevantes para instrução.

O manual está organizado segundo uma perspectiva cronológica; uma lógica descritiva e/ou interpretativa das ideias, fatos educativos, incluindo os períodos históricos, privilegiando uma visão de educação em uma probabilidade universal e romântica, abarcando toda a história da humanidade.

O estudo sinaliza para a necessidade de aprofundamento analítico do manual tendo em vista a complexidade do objeto de pesquisa. Ao mesmo tempo, é importante analisar a produção manual direcionado para uma disciplina de história, numa visão católica de ensino, a sua abordagem como procedimentos didáticos, a bibliografia utilizada para sua construção, às contribuições para o desenvolvimento de uma reflexão pedagógica como para o debate sobre a educação na sociedade da época.

Dessa maneira o manual foi e será revelador daquilo que constitui o duplo movimento contraditório da disseminação de conhecimentos elaborados no interior de uma disciplina, por ser um a obra católica, mas surge no período do embate entre a implantação do sistema público de instrução (obrigatório, gratuito), a recristianização da igreja pela criação do impresso com um papel essencial na produção, divulgação e circulação relativas à formação e a educação dos católicos e a sociedade; como um sistema de formação de professores nas escolas normais; houve uma produção abundante na produção de uma literatura pedagógica, não só católica, mas também laica, como revistas, decretos, conferências de professores, congressos, exposições pedagógicas, buscando assim construir um sistema escolar sobre os princípios científicos e universais. O manual didático de maneira geral – cursos, tradições, lições – tiveram a função de iniciar os alunos da Escola Normal na “nova ciência da educação”, sendo a função de (in)formar e inculcar os valores de um sistema público da educação. Na visão das madres “apesar de todos os nossos professores e professoras, apesar de todos os nossos programmas e de todas as nossas lições, apesar dos milhares de livros e de compendios, em muitos domínios e de muitos modos a pedagogia superior morreu em nós. Vivemos nos seculos do obscurantismo pedagogico[...]" (PEETERS; COOMAN, 1936, p.188); reforçam que a” boa pedagogia”, que conduz a normalização da conduta e orientando doutrinariamente da prática escolar.

Como um testemunho vivo, o manual didático - métodos, valores, normas, significando de várias dimensões dos sistemas de ensino e vida escolar, possibilitando descortinar um novo *corpus documental*, com uma rica informação para apreensão do campo educacional, que contribuirá para novas pesquisas em outras áreas que não só a educação.

Nesta perspectiva tem levado esta investigação a multiplicar os esforços para compreender e conhecer o nosso objeto de pesquisa, bem como estender os horizonte de leitura de livros que complemente, em exame e caminhar além deles, com a finalidade de descobrir relações significativas e repor o quadro de referências da obra estudada,

não só resgatando a sua peculiaridade, mas ultrapassando-a por meio da reflexividade. Este será o nosso desafio.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Melhoramento, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 1986.

PEETERS, Madre Francisca; COOMAN, Madre Maria Augusta de. **Educação – História da Pedagogia**. São Paulo: Melhoramentos, 1936.

\_\_\_\_\_. **Pequena história da educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1952.